



*“Primeiro,
devemos educar
a alma através
da música e a
seguir o corpo
através da
ginástica.”
(Platão 428 a.C.
- 347 a.C.)*

Música é saúde e vida na AACRT

A música sempre esteve presente na cultura da humanidade. É reconhecida como uma modalidade que desenvolve a mente humana, promove o equilíbrio, a socialização, proporcionando um estado agradável de bem-estar, facilitando a concentração e o desenvolvimento do raciocínio, em especial em questões reflexivas voltadas para o pensamento.

A música costuma proporcionar emoções e sentimentos agradáveis e podemos associá-la a vivências, a determinados momentos que passamos em nossas vidas, trazendo lembranças e inspirando os ouvintes a diferentes atitudes positivas.

A AACRT descobriu há tempos esses efeitos benéficos da música e ofertou aos sócios a oportunidade de usufruir desses benefícios através do canto nos corais e da percussão e ritmos através da banda de samba, além das oficinas musicais disponibilizadas aos sócios, a preços subsidiados. As oficinas musicais, o coral e a banda estão sob a coordenação da Diretora Vice-Presidente Eva Correa.

O objetivo das oficinas musicais não é tornar a pessoa um músico, mas introduzi-la na prática e no conhecimento musical, quebrando a barreira do “não sou capaz”.



Banda de Samba

A banda de Samba da AACRT foi fundada em 2015, sendo uma ideia que surgiu com o grupo de associados que jogava Futsal e após os jogos fazia churrasco e cantava samba batendo em garrafas. Solicitou então à AACRT que comprasse alguns instrumentos de percussão para que pudessem acompanhar sua “roda de samba” das sextas.

A ideia avançou e a diretora Vice-Presidente, Eva Beatriz Correa, entendeu que era necessário aperfeiçoar o grupo e providenciou que tivessem aulas de percussão, ampliando os ensaios. Em dezembro de 2015 a Banda da AACRT finalmente estreou com suas camisas floridas no baile de aniversário da Associação, que teve como tema “Uma noite no Havá”. Esta

apresentação definiu o futuro promissor da banda.

Mesmo com a pandemia, a banda, que conta com perto de 18 componentes do nosso grupo de aposentados, permaneceu ensaiando semanalmente com o professor Bruno e está pronta para retornar assim que a AACRT abrir as portas novamente para os encontros presenciais.



Veja ainda nesta edição:

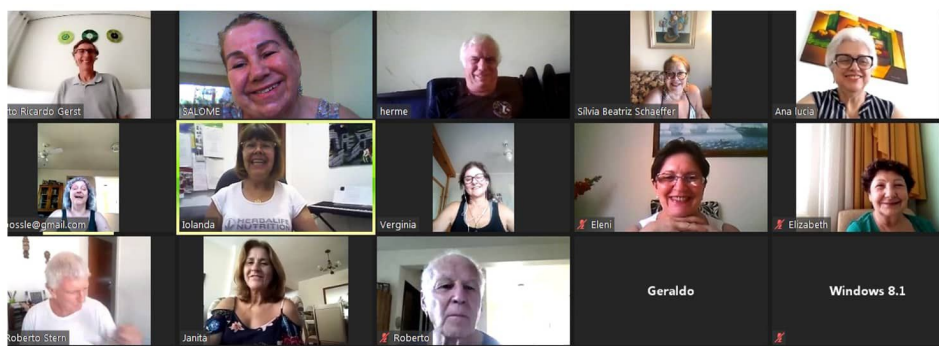
- FUNDAÇÃO ATLÂNTICO, OI e PREVIC – Live Sinttel do dia 18/05/21;
- Meditação guiada no Reiki;
- Planejamento sucessório: Uma forma de proteger a família;
- INSS – Antecipação do 13º salário e volta da prova de vida;
- XXII Congresso Nacional da ANAPAR comemora 20 anos da entidade.

Coral de Porto Alegre

Foi criado em 13 de abril de 2005, inicialmente com o objetivo de cantar em cerimônias, celebrações solenes e eventos da AACRT. Com o passar do tempo, seus objetivos se ampliaram e o grupo passou a fazer parte de movimentos culturais e educacionais na cidade e no Estado. Hoje conta com 28 participantes. Desde a sua fundação, é regido pelo maestro Alberto Ricardo Gerst.

Participar de um coral exige disciplina, dedicação e, principalmente, parceria entre os membros do grupo.

O Coral de Porto Alegre já se apresentou incontáveis vezes para os associados da AACRT, em Encontros de Corais em diversas localidades do RS e SC, assim como para instituições externas, como o Instituto do Co-



ração, entre outros, dentro do seu objetivo de promover o bem-estar social e manter o convívio entre telefônicos aposentados e pensionistas da CRT.

Durante o período de pandemia, o Coral de Porto Alegre ensaiou virtualmente e em maio gravou uma linda homenagem a todas as mães da AACRT, em mensagem declamada e cantada, divulgada no dia do almoço virtual da nossa entidade.

Segundo a coordenadora do Coral de Porto Alegre, Eleni Tomazzoni, “o ensaio virtual está sendo muito proveitoso. O ma-

estro grava toda semana uma música e nos envia, ensaiamos e mandamos a gravação para ele para correção, e na quinta-feira, dia do ensaio, cantamos novamente.” Quanto a participação, ela informa que semanalmente a grande maioria participa, sendo que apenas alguns não mostraram interesse pois preferem o presencial. Quanto ao sentimento de continuar ensaiando na pandemia, Eleni diz que é de grande valia, pois além de se verem, acabam tendo aulas praticamente particulares e ensaios também.

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Efetivos - José Jurandir Teixeira Leite, Ruben Dario Vives, Reynaldo Ribeiro de Mello, Ivo Antônio do Amaral Luiz, João Alberto Oliveira de Andrade, Paulo Roberto Vieira da Rocha, Jorge Oir da Silva, Rui Gastão Silva de Oliveira e Jaqueline Dulac Goulart.

Suplentes - Jaime Souza De Marco, Iolanda Bohn, João Luiz Guns, Ondina da Costa Vargas, Rosa Alpoin Leite e Sérgio Foutoura da Silva.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente - Newton Lehueur;

Diretor Vice-Presidente - Eva Beatriz Teixeira Corrêa;

Diretor Secretário - Lisete Maria Krug;

Diretor Tesoureiro - Jairo Baroni Castoldi;

Diretor Social - Márcia Gomes de Souza;

Diretor Adjunto - Darci Werle.

Conselho Fiscal

Efetivos - Enoir Kovalscki da Silva, Inês Zanetti e Tabajara da Silva Bregão.

Suplentes - Ceila Maria Terezinha Poloni, Doroty Carmem Tomazi de Bona e Luiz Carlos Abrão Paz.

Redação: Marcia G. Souza - Rg. 6694 DRT/RS.

Edição: Owegoor Produções Ltda.

Coral de Caxias do Sul

No dia 17 de março de 2015 foi lançado o Coral AACRT de Caxias do Sul, que passou a ensaiar semanalmente sob a regência do maestro e professor Alberto Gerst.

Neste período de pandemia o Coral de Caxias continuou ensaiando todas as

terças-feiras de forma virtual, contando com 16 coralistas integradas. Segundo a delegada de Caxias do Sul, Nelci Demeda, os ensaios têm sido muito proveitosos, sendo percebida uma evolução a cada semana, com a orientação e correções vocais de sopranos/contraltos feitas pelo maestro Alberto.



CORAIS

Coral de Santa Maria

O Coral AACRT de Santa Maria foi lançado em 12 de setembro de 2016, contando com um grupo inicial de vinte vozes. Atualmente o coral se reúne virtualmente duas vezes por semana, sob a orientação da maestrina Laura Jacira Fabricio da Silva. Hoje o Coral de Santa Maria tem cerca de 30 integrantes.



Em setembro de 2019, durante uma das apresentações do coral AACRT Santa Maria, na cidade de Lajeado

No dia três de maio último, o jornal local de Santa Maria publicou uma extensa entrevista com a maestrina, onde o Coral da AACRT foi citado com uma bela foto do grupo.

A partir de 2017 a entidade passou a contar também com o Coral de Pelotas, com 24 sócios participantes, sob a regência da maestrina Caroline dos Santos Peres.



OFICINAS MUSICAIS



Oficina de Cavaquinho

A partir da necessidade da banda possuir acompanhamento de cordas (violão e cavaco), a AACRT criou a oficina de cavaquinho, que hoje conta com cinco alunos em aulas semanais virtuais, ministradas pelo professor Everton.



Aula presencial de cavaquinho antes da pandemia

Oficina de Violão

Criada em 2013 por solicitação dos associados, a AACRT passou a oferecer a oficina de violão na sede com a finalidade de realizar sonhos considerados impossíveis na terceira idade, como aprender a tocar um instrumento. A oficina hoje tem ensaios virtuais uma vez por semana, coordenados pelo professor facilitador Valdi.



Aula presencial de violão antes da pandemia

Oficina de Percussão

A fim de proporcionar aos sócios que fazem parte da Banda Musical da AACRT um melhor desempenho, a Associação passou a oferecer a oficina de percussão. Esta oficina busca desenvolver a prática de instrumentos de percussão para os aposentados da AACRT, de forma individual e coletiva, através da execução de ritmos afro-brasileiros como samba e seus derivados, forró, baião, axé e outros, e ainda proporcionar aos alunos uma vivência de cultura musical, ritmos e repertórios. O facilitador desta oficina é o professor Bruno.



Aula presencial de percussão antes da pandemia

Oficina de Teclado

A oficina de teclado surgiu da demanda de alguns associados interessados em aprender um instrumento musical e passou a ser ministrada em Porto Alegre pelo maestro do Coral de Porto Alegre, Alberto Ricardo Gerst. Os participantes que possuem seu próprio teclado permanecem recebendo aulas virtuais.

Em Santa Maria também está disponível a oficina de teclado, tendo como professor facilitador Ismael Neves, que durante o isolamento permaneceu orientando os alunos de forma remota nas aulas semanais de teclado, enviando exercícios, juntamente com um áudio e tirando as dúvidas conforme elas aparecem.



A partir do mês de junho de 2021, estaremos disponibilizando a MEDITAÇÃO GUIADA da Oficina do Reiki, aberta para todos os associados.

A Meditação Guiada tem como objetivos:

- * Acalmar a mente através da respiração e relaxamento;
- * Trazer clareza mental;
- * Aumentar a frequência (Hz) dos nossos pensamentos e sentimentos, reduzindo desta forma a ansiedade e a preocupação.

Quem pode participar?

Qualquer associado ou dependente pode participar, é só seguir as orientações. Não tem pré-requisitos. A Meditação Guiada será pelo Zoom, divulgada nos grupos da AACRT pelo Serviço Social.



Oficina de Reiki antes da pandemia

OBITUÁRIO

A seguir, divulgamos com pesar, o falecimento de associados ocorridos entre 04 de março e 29 de maio de 2021:

Data do Óbito	Nome	Município/Estado
05/03/2021	FLÁVIA MARIA APPEL FRANCO	CURITIBA/PR
08/03/2021	DARCI PERES ROMERO	PORTO ALEGRE/RS
10/03/2021	VALDETE SOSTIZZO	NOVO HAMBURGO/RS
11/03/2021	ACÁSSIA DE SOUZA BOCHI	PORTO ALEGRE/RS
11/03/2021	FRANCISCO EUCARIS C. RODRIGUES	CACHOEIRINHA/RS
12/03/2021	ELIANE B. NOGUEIRA DAS NEVES	CANOAS/RS
12/03/2021	ÊNIO VILLARINO VELLOSO	PORTO ALEGRE/RS
13/03/2021	JORGE VIEIRA SEVERO	PASSO FUNDO/RS
15/03/2021	MAR MACHADO	PORTO ALEGRE/RS
17/03/2021	VÂNIA MARA DE C. DA COSTA	PORTO ALEGRE/RS
19/03/2021	LÚCIO ESCALANTE	IMBÉ/RS
19/03/2021	LUIZ CARLOS RAMOS	URUGUAIANA/RS
20/03/2021	ALCEMAR RODRIGUES PIRES	PORTO ALEGRE/RS
22/03/2021	ELIZABETE DA SILVA MACHADO	PORTO ALEGRE/RS
25/03/2021	AIMORÉ JOSÉ GOMES RIOS	PORTO ALEGRE/RS
25/03/2021	NAURA MAROZZIN DE ROCCO	MARAU/RS
25/03/2021	SANTA ALMERINDA L. TORRES	VIAMÃO/RS
27/03/2021	FLORISBELO RAMOS DA SILVA	BUTIÁ/RS
27/03/2021	IRACEMA SILVEIRA DOS SANTOS	PORTO ALEGRE/RS
27/03/2021	LIGIA WEIGEL	SANTA CRUZ DO SUL/RS
27/03/2021	MARIA ESTER MANCILHA	PORTO ALEGRE/RS
30/03/2021	DAVID MANOEL FRANCA VINAS	SANTA MARIA/RS
30/03/2021	GERCEY PERUZZI	BENTO GONÇALVES/RS
02/04/2021	MARIA EUGENIA BRAZ CEZAR	PORTO ALEGRE/RS
05/04/2021	ALFEU KUNST	DOIS IRMÃOS/RS
05/04/2021	CLARITA PARIZOTTO	PORTO ALEGRE/RS
11/04/2021	ORIDES DA ROSA RIBEIRO	TORRES/RS
13/04/2021	OTO RITTER	SANTO ÂNGELO/RS
17/04/2021	PEDRO FONTOURA GARCIA	PORTO ALEGRE/RS
05/05/2021	SELMAR FERREIRA TEIXEIRA	BUTIÁ/RS
09/05/2021	LOURDES AITA THOMAS	SANTO ÂNGELO/RS
09/05/2021	MARLENE DELHAYE	PORTO ALEGRE/RS
13/05/2021	OLGA CHARKO RIBEIRO	PORTO ALEGRE/RS
27/05/2021	MARIA REGINA GARCIA DA R. RAMOS	PORTO ALEGRE/RS
29/05/2021	CLOTARIO ANTONIO F. BUENO	PORTO ALEGRE/RS

Planejar: Uma forma de proteger a família

Na live do “Vamos Conversar Sobre” do dia 18 de maio, convidamos as advogadas Marina G. Souza e Laura La Porta para tratar de um tema bastante delicado para quem já passou dos sessenta anos, o planejamento patrimonial. Como o assunto é extenso e com termos difíceis de guardar, alguns participantes da videoconferência nos pediram para colocar essas informações no Jubilado. Vamos publicá-las em várias edições a partir desta.

Finitude da vida e a importância de planejar

O fim da vida ainda é um tabu para muitos de nós. E, atualmente, por mais que a gente queira, tornou-se impossível evitar o assunto. Os números das vítimas da pandemia estão lá, todos os dias na TV, e nos fazem lembrar que a morte pode vir sem aviso prévio. Então, mais do que nunca precisamos aprender a falar sobre a finitude e encará-la como uma realidade.

Sabemos que muitas famílias enfrentam certa resistência na hora de falar sobre esse assunto ou ouvir os desejos dos parentes mais velhos, mas certamente esse é um tabu que vem sendo quebrado com a pandemia. A experiência nos mostra que ter um diálogo transparente com a família e, principalmente, pensar e planejar ajuda a desatar muitos nós emocionais, evita brigas futuras e diminui os gastos e os desgastes para quem fica.

Planejar não contempla somente a questão morte, mas pode prevenir também situações de um



possível rompimento de um casamento ou de uma união estável, ou ainda de uma invalidez ou interdição temporária. Ainda por conta da pandemia, muitos casais de namorados, de todas as faixas etárias, passaram a morar juntos. Mas e aí, esta relação é um namoro? É uma união estável? É importante que isso fique muito claro entre o casal, porque vai gerar efeitos tanto numa separação, como se um dos dois vier a falecer.

Então, esta matéria vai falar um pouco sobre as formas que podemos pensar nesse planejamento e organização dos bens, para a nossa própria proteção e também de quem fica.

Legislação protetiva contra o abuso patrimonial



Limitação imposta para o casamento e a união estável a partir dos 70 anos - Para tentar evitar casamentos por interesse financeiro, a lei determina que a partir dos setenta anos o regime a ser adotado no casamento é o da separação obrigatória de bens (antes a idade era 60, posteriormente houve a alteração para 70).

Provimento 007-2021 CGJ e o combate à violência patrimonial contra o idoso - Pensando no crescente número de casos de abuso financeiro contra as pessoas idosas, ampliado pelo isolamento social decorrente da pandemia, cuja violência patrimonial acontece principalmente dentro de sua própria casa e geralmente são perpetrados por pessoas próximas, em fevereiro deste ano a Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Rio Grande Sul lançou um provimento de com-

bate à violência financeira e patrimonial contra o idoso, disparando um ofício para todos os colégios notariais e registrais (Tabelionatos, Registros de Imóveis e Registros Cíveis) do Estado no sentido de que estes órgãos devem adotar medidas preventivas para coibir qualquer prática de abuso contra os idosos, nas questões que envolvem **antecipação de herança, movimentação de contas bancárias, venda de imóveis, mau uso ou ocultação de fundos, bens ou ativos.**

Havendo qualquer suspeita dos Tabeliães ou Registradores de que a pessoa idosa não está consentindo com aquele ato, está sob coação ou ameaça ou que até mesmo não tem o devido entendimento do que está fazendo, os fatos devem ser comunicados ao Conselho Municipal do Idoso, Defensoria, Polícia Civil e Ministério Público.

Os Tabelionatos vêm solicitando atestados de lucidez de pessoas acima dos 60 anos, a fim de garantir que a pessoa esteja plenamente capaz no momento em que for tomar alguma decisão.

Procuração pública – os cuidados necessários

A procuração nada mais é do que um ato de confiança, através do qual conferimos poderes gerais ou específicos para que alguém represente a nossa vontade ou os nossos interesses em determinadas situações. A principal forma de se fazer uma Procuração é na modalidade pública, ou seja, via escritura pública em Tabelionato de Notas.

Dicas sobre a Procuração Pública:

- Não estabeleça procurações com amplos, gerais e irrestritos poderes, sem prazo determinado de validade. Fazendo isto você está deixando um cheque em branco assinado na mão do seu representante;

Vamos Conversar Sobre...

- Tome o máximo de cuidado com o que vai permitir no documento. Faça uma descrição minuciosa dos poderes que pretende que o procurador/representante execute. Atente para o prazo de validade ou eventual circunstância suspensiva da validade daquele documento;

- Verifique se nesta procuração é possível que o procurador substabeleça, ou seja, confira poderes para outra pessoa agir em seu nome e pense se isso é do seu interesse;

- Leia atentamente o documento antes de assinar e, na dúvida, busque orientação de um advogado de sua confiança;

- A Procuração pode ser revogada a qualquer momento, mas

para isso a pessoa precisa comparecer no tabelionato para solicitar a revogação.

Outra novidade importante que surgiu no decorrer da pandemia é o E-notariado, um sistema online dos colégios notariais do Brasil. Por meio dele é possível elaborar uma Procuração ou assinar documentos públicos à distância, através de assinatura eletrônica do E-CPF, havendo cada vez menos a necessidade de assinar uma procuração pública com irrestritos poderes para um representante, quando, em uma eventualidade, é possível resolver a ausência de qualquer parte do mundo.

Procuração pública em casa

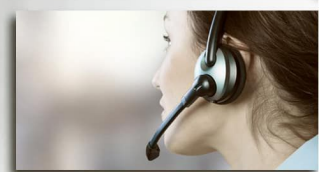
No caso de impossibilidade de comparecimento a um Tabelionato, pode ser solicitada a outorga na casa do outorgante. O pedido é encaminhado a um Tabelionato, que marca dia e horário para que um funcionário vá colher a assinatura. Se a pessoa não puder assinar em decorrência de alguma dificuldade motora, é colhida a sua digital e uma testemunha participa do ato, assinando também a procuração.

Na próxima edição vamos falar de planejamento patrimonial, testamento vital (DAV) e testamento.

Desde o ano de 1956, no dia 29 de junho comemora-se o Dia da Telefonista. O surgimento da profissão só foi possível a partir de 1876, ano em que o telefone surgiu e passou a ser cada vez mais utilizado, provocando uma revolução nos meios de comunicação do Brasil e do mundo.

Atentas, solícitas, a qualquer hora do dia ou da noite, dispostas a fazer os maiores esforços para que as ligações fossem completadas com a máxima rapidez, as telefonistas formaram uma classe que contribuiu decisivamente para o bem-estar da sociedade, durante décadas unindo pessoas e estabelecendo comunicações essenciais à vida do país.

A AACRT homenageia as telefonistas pela passagem do seu dia!



PARABÉNS E OBRIGADO TELEFONISTAS!

FUNDAÇÃO ATLÂNTICO, OI e PREVIC: Live do dia 18/05/21

O GINP – Grupo Interentidades de Negociação Previdenciária, formado por representantes do Sinttel-RS e da Associação dos Aposentados da CRT – AACRT, preocupado com o futuro da Oi após o seu fatiamento, requereu que esta oferecesse garantias de pagamento dos valores devidos ao plano de benefícios BrTPREV (hoje TCSPREV), atualmente próximo a R\$ 700 milhões. Em resposta, a PREVIC, a Fundação Atlântico e o que restou da Oi, responderam que não há motivos para preocupações, pois garantem oficialmente honrar com suas responsabilidades e compromissos com o plano TCSPREV.

Diante destas respostas, os representantes do GINP optaram por ingressar na justiça a fim de obter tais garantias.

Para esclarecer e tranquilizar os associados participantes da Fundação Atlântico, O GINP promoveu uma live através do Facebook do Sinttel no dia 13 de maio último, da qual extraímos a seguir as principais informações.



Na tarde do dia 13 de maio último o GINP (Grupo Interentidades de Negociação Previdenciária – AACRT/SinttelRS), promoveu por meio do Facebook do Sinttel uma live para esclarecer os associados das duas entidades sobre os possíveis reflexos do processo de fatiamento da patrocinadora Oi nos benefícios previdenciários dos participantes da Fundação Atlântico. O encontro foi conduzido pelo coordenador do GINP, Ingo Müller.



Após a abertura realizada pelo coordenador, Jaime Souza De Marco, membro do GINP, fez uma síntese histórica sobre a CRT, desde quando passou a se denominar Companhia Riograndense de Telecomunicações, em 1962, referindo os importantes planos de expansão da empresa promovidos pelo seu competente grupo técnico, a decisão da direção da empresa em qualificar cada vez mais os seus profissionais e criar mecanismos de promoção nas carreiras, visando a permanência da força de trabalho especializada e capacitada dentro da empresa, e a criação do fundo de pensão, no intuito de protegê-los na velhice. Dentro deste espírito evolucionista, a CRT cresceu e se tornou uma das melhores empresas de telecomunicações do país. Até que em 1996 veio a onda das privatizações e teve



início o desmanche da estatal.

O presidente do Sinttel, Gilnei Porto Azambuja, tomou a palavra a seguir e falou sobre o longo processo de privatização da CRT, sobre as demissões e a redução compulsória do quadro e sobre a forma como os novos proprietários da concessão desde lá vêm gerenciando a empresa em todo o país, utilizando-se de terceirizações de baixo custo, de mais demissões e de uma gestão de duvidosa competência, uma vez que conseguiram, após receberem um patrimônio sólido do povo riograndense e brasileiro, terminar com uma dívida de mais de 60 bilhões de reais, que os levou à insolvência.



O terceiro membro do GINP a se manifestar foi Itamar Prestes Russo, que comentou sobre a atuação da ANAPAR (Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão e de Autogestão em Saúde) na defesa dos participantes da Fundação Atlântico, mencionando ainda que esta associação está vinculada a uma Fundação (denominada Fundação Vida), a qual oferece planos

FUNDAÇÃO ATLÂNTICO, OI e PREVIC: Live do dia 18/05/21

de aposentadoria aos filhos dos associados e aos próprios sócios da entidade.

O atuário do GINP Michel Lerpiniere, fez uma clara explanação sobre a situação do plano de benefícios TCSPREV, a partir de dados do balanço da Fundação Atlântico encerrado em 31/12/20. Explicou que o plano TCSPREV incorporou o plano BrTPREV (nosso plano) em 2018 para ganhar maior segurança, reduzir custos e melhorar a rentabilidade dos investimentos, mantendo todos os direitos e obrigações conquistados no plano BrTPREV e garantidos no novo Regulamento do TCSPREV.

Referiu que, conforme parecer atuarial realizado por atuário externo, em 31/12/2020 o plano TCSPREV possuía 909 participantes ativos e 5.775 participantes em benefício, totalizando 6.684 participantes; contava com um patrimônio de 4,1 bilhões de reais e um compromisso com benefícios futuros da ordem de 4,3 bilhões, apresentando um déficit considerado dentro do limite técnico, concluindo que em 31/12/20, sob o ponto de vista técnico, atuarial e legal, o plano TCSPREV encontra-se equilibrado.

Comentou também sobre a existência de um déficit contabilizado de 700 milhões de reais referente à dívida histórica da patrocinadora, assumida em 2002, e que vem sendo amortizada desde lá conforme definido pelo TTJ – Termo de Transação Judicial. Este valor da dívida está registrado como um contrato financeiro (e não mais atuarial) e, à medida que vai sendo pago pela Oi, passa a se incorporar ao patrimônio do plano BrTPREV.

Informou por fim que o desempenho dos investimentos da Fundação Atlântico para o plano TCSPREV, os quais se baseiam no

perfil conservador (de menor risco), foi superior à meta atuarial prevista para 2020.



A palavra passou a seguir para o advogado Ricardo Só de Castro, consultor jurídico do GINP, que pautou a sua fala no contrato da dívida e as ações propostas pelo GINP com base no Termo de Transação Judicial - TTJ e nos direitos por ele garantidos. Desde 2002, conforme ajustado no TTJ, a dívida da patrocinadora com o saldamento do plano BrTPREV na migração de planos foi registrada como uma dívida atuarial, onde a patrocinadora assumia todos os riscos futuros a partir da provisão de uma Reserva Matemática a Constituir, ou seja, todas as insuficiências atuariais seriam cobertas pela patrocinadora. No momento em que ela passou a ser uma dívida financeira em 2016, deixou de ser atuarial e começou a ser corrigida monetariamente. O reflexo disso é que se houver alguma insuficiência no plano, este déficit, conforme a lei, deveria ser dividido entre a patrocinadora e os participantes, podendo gerar uma nova contribuição mensal.

Isto só não é mais grave porque na época em que foi negociado o TTJ, as entidades acordaram com a patrocinadora que no regulamento do plano BrTPREV deveria constar que as insuficiências de cobertura do plano são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora. E este artigo permanece no regulamento do plano TCSPREV. Este é o objeto de uma das ações promovidas pelo GINP, ou

seja, que o valor da dívida volte a ser atuarial e não financeiro. Este processo já se encontra na fase de cálculo atuarial.

O importante é que o GINP procura ter sempre as informações técnicas atualizadas e ficar atento para tomar a atitude correta no momento certo, que na história do fundo de pensão foram muitas.

Déficits técnicos da Fundação identificados em 1994 e em 2002, este último, de R\$ 450 milhões e hoje, após todos os pagamentos efetuados até aqui, após quase 18 anos está em 700 milhões. Isso se deve ao trabalho que o GINP vem realizando desde lá, obrigando a Oi a manter seus compromissos com as aposentadorias e pensões dos trabalhadores da CRT.

2006 – Alteração do Estatuto com a perda da representação nos conselhos da Fundação BrTPrev, apesar da busca frustrada do nosso direito na esfera judicial pela manutenção da perda.

2009/2010 – Sucessão da Brasil Telecom pela Oi, mudança na gestão dos planos para a Fundação Atlântico. Fechamento da filial da Fundação em Porto Alegre.

2012/2016 – Alteração do registro da dívida, passando de atuarial para financeira. Por ação e competência da AACRT e do Sintel, que na época fizeram com que este compromisso fosse incluído como cláusula regulamentar, este ficou permanentemente garantido, já que o que vale é o Regulamento vigente na data da aposentadoria.

Processo de recuperação da Oi – A falta de um patrocinador forte, que possa honrar os compromissos é um risco. Mesmo com a dívida registrada e garantida pelo Regulamento e TTJ, o que importa para nós é termos uma garantia real para lastrear este

FUNDAÇÃO ATLÂNTICO, OI e PREVIC: Live do dia 18/05/21

contrato. Por isso o GINP já entrou com uma ação sobre a natureza da dívida junto a 2ª Vara Federal de Porto Alegre, com o objetivo de consolidar a dívida da Oi de modo a cumprir o TTJ. A Previc, a Fundação Atlântico e a Oi dizem que não há risco, uma vez que a Oi não deixou de pagar e portanto não há o que garantir. Porém, a Oi se omitiu de colocar uma garantia para este pagamento. Decidimos entrar com esta nova ação visando a garantir um lastro, obrigando a Oi a contratar essa garantia, reservando no patrimônio existente da Oi uma parcela que sirva para responder pelo pagamento desta dívida.



O último membro do GINP a se pronunciar foi o presidente da AACRT, Newton Lehugeur, que começou dizendo que, quando a sua diretoria assumiu em 2009, o seu maior objetivo era fazer com que o maior número possível de sócios saísse de casa. Para isto foram oferecidas diversas oficinas, turismo, encontros, almoços mensais e chás semanais, além de buscar maior participação do interior do Estado por meio das Delegacias Regionais. Mas a pandemia pregou justamente o contrário: não sair de casa para se proteger. Mas o presidente da AACRT ponderou que isto vai passar e os associados da entidade voltarão a se reunir e ser felizes juntos novamente.

Com relação ao plano de benefícios saldado da Fundação Atlântico, para equalizar os conhecimentos, repassou algumas

informações adicionais. Disse que existem no Brasil dois tipos de previdência - a pública e a privada: a pública é oferecida através do INSS e a privada por meio das entidades fechadas de previdência privada, também chamadas de fundações ou fundos de pensão. Estas se dividem em dois grupos, o público, regido pela Lei Nº 108 e a privado (nosso caso), que é legislado pela lei nº 109. No setor público, os patrocinadores são o governo federal, o estadual e o municipal.

Os maiores fundos de pensão do país são a Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e Postalis (Correios), todas elas com reserva matemática negativa porque a sua gestão é realizada por políticos, diferente das fundações de empresas privadas, que colocam técnicos para gerenciar suas fundações. O que é uma Fundação? É uma pessoa jurídica, sem fins lucrativos, que gerencia as contribuições de participantes e de patrocinadoras, a partir de regulamentos e estatutos específicos.

Nos dois editais de venda da CRT, em 96 e 98, constaram cláusulas garantidoras da dívida da mesma com a Fundação CRT e suas sucessoras. Constatou também o valor da dívida na época. Esta foi uma conquista das entidades representativas dos empregados da época. O TTJ – Termo de Transação Judicial foi estabelecido entre o SinttelRS, a Fundação CRT e a Brasil Telecom, acolhido pela justiça em 28/10/2002, e garantiu todos os compromissos da BRT com os associados, permitindo o saldamento e a migração do antigo plano de benefícios da Fundação para o plano de benefícios saldado.

A Fundação Atlântico está em 11º lugar entre os mais de 400

fundos de pensão do Brasil, com um patrimônio de 12 bilhões de reais. Em 2018, nosso plano de benefícios foi incorporado ao TC-SPREV e trouxe um grande benefício atuarial para o plano BrTPREV.

O TCSPREV está equilibrado atuarialmente, conforme explicou o atuário Michel e, portanto, não existe nenhum tipo de risco e, com isto está, a curto, médio e longo prazo, garantido o recebimento mensal dos nossos benefícios. Apesar da tranquilidade financeira e atuarial do plano TC-SPREV, o GINP está alerta para fatos externos que poderão vir por parte da patrocinadora Oi e eu comento três cenários possíveis:

1) Tentativa de retirada parcial de valores do patrimônio ativo do plano – Essas tentativas já foram realizadas por diversas patrocinadoras no Brasil, sendo todas frustradas. Como exemplo no Rio Grande do Sul, citamos a Fundação Gerda.

2) Tentativa de retirada como patrocinadora do plano – Acho um caso bem difícil porque aí existe a obrigação legal da patrocinadora de quitar à vista a dívida de 700 milhões de reais.

3) Falência da patrocinadora Oi – Se isso ocorresse, haveria a retomada da concessão de serviços pelo Governo Federal, visto que a Oi tem a concessão deste serviço público até 2025. Neste caso, o Governo Federal ficaria como patrocinador do fundo de pensão e certamente tentaria revender a empresa. O que nós não queremos é ter o Governo Federal como patrocinador porque sabe-se que é um mau pagador.

Antecipação do 13º salário no INSS



O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a pagar no dia 25 de maio a primeira parcela do 13º salário para aposentados e pensionistas. O pagamento foi antecipado para este mês devido aos impactos causados pela pandemia de coronavírus.

A antecipação ocorrerá em duas parcelas, sendo a primeira delas correspondendo a 50% do valor, liberada no mês de maio. Já a segunda parcela pagará os outros 50%, porém, com desconto de Imposto de Renda, caso o segurado receba um valor que já englobe o pagamento do IR.

Retorno da Prova de Vida

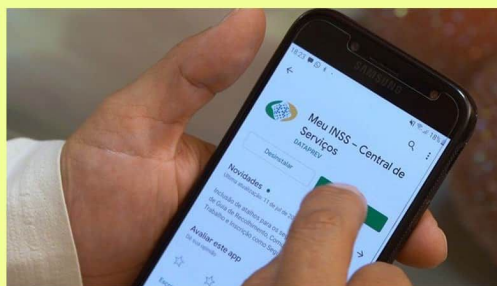
A partir de junho deste ano, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) volta a exigir a comprovação de vida de aposentados e pensionistas. A decisão que suspende o bloqueio de benefícios por falta de prova de vida vale até o dia 31 de maio. A comprovação de vida é um procedimento anual obrigatório para os segurados do INSS.

A prova de vida pode ser realizada em qualquer agência do banco que faz o repasse do benefício para você. Se você preferir, também pode ir a uma agência própria do INSS.

Para isto, o beneficiário não precisa se apressar, tendo em vista que deverá obedecer à escala pelo mês de aniversário.

Como proceder em caso de bloqueio do benefício

Se o beneficiário perder o prazo e o benefício for bloqueado, será necessário pedir a reativação de forma remota, através do site, do aplicativo Meu INSS, ou pelo telefone 135.



XXII Congresso Nacional da ANAPAR comemora 20 anos da entidade

O 22º Congresso Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e dos Beneficiários de Planos de Saúde de Autogestão voltou a ser realizado em maio, para celebrar os 20 anos da ANAPAR. O evento aconteceu online, em função da pandemia, nos dias 27 e 28 de maio, e tendo como tema “Previdência Complementar e a Retomada do Crescimento Nacional”.

Destacamos os seguintes temas abordados no Congresso: **Impacto da pandemia para os fundos de pensão no mundo** - Xander den Uyl – Membro do Conselho do PRI, Programa Independente da ONU sobre investimento responsável, e integrante do fundo de pensão holandês ABP (Holanda); **Impacto da pandemia para os fundos de pensão no Brasil** - Cláudia Ricaldoni – Membro do Conselho Deliberativo da Forluz e coordenadora Regional da ANAPAR; **Empregos para a retomada da economia** -

Clemente Ganz, Sociólogo, professor e consultor técnico das centrais sindicais, ex-diretor técnico do Dieese; **Democracia e justiça social para a retomada da economia** - Carol Proner, Jurista, professora de Direito Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); **Políticas de investimento para a retomada da economia** - Henrique Jäger, Economista, pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), ex-presidente da Petros; **Políticas públicas para os planos de autogestão** - José Luiz Toro da Silva, advogado presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Saúde Suplementar (IBDSS) e consultor jurídico nacional da União Nacional das Instituições de

Autogestão em Saúde (Unidas); **Preservação dos direitos e conquistas acumulados dos participantes** - Marcel Barros – Representante dos participantes e assistidos no Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC); **Visão de futuro da Previdência Complementar e da Saúde de Autogestão** - Antônio Bráulio de Carvalho (Presidente da ANAPAR). Ao final do Congresso ocorreu a Assembleia Geral Ordinária.

ANAPAR, 20 ANOS COM VOCÊ! ANAPAR

Dia 27 e 28 de maio

22º Congresso Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e dos Beneficiários dos Planos de Saúde de Autogestão
Previdência Complementar e a Retomada do Crescimento Nacional